

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/12/2015 a 31/12/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Jornal Folha de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiárias: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Pronaf: contagem regressiva para liquidação de dívida. Gabriella Bontempo. Site do MDA. 01/12/2015.....	4
Extensionista: Mão amiga na produção rural. Jalila Arabi. Site do MDA. 04/12/2015	4
Avanços e resultados no crédito fundiário. Site do MDA. 09/12/2015	6
Garantia-Safra beneficia 141 mil agricultores familiares no Nordeste. Site do MDA. 09/12/2015.....	7
Programa Nacional de Crédito Fundiário beneficia sete famílias no Município de Presidente Tancredo Neves, no Baixo Sul da Bahia – FETRAF. 13/12/2015.....	7
Avanços e resultados no crédito fundiário pautam oficina nacional – FETRAF. 13/12/2015.....	8
20 anos de confiança mútua e desenvolvimento no campo. Ranyelle Andrade. Site do MDA. 15/12/2015.....	9
Últimos dias para liquidação do Pronaf A e A/C. Site do MDA. 16/12/2015.....	10
Mulheres Sem Terras de MS conquistam crédito fomento mulher. Site do MST. 17/12/2015.....	11
Novo prazo para formalizar renegociação do Crédito Fundiário. Site do MDA. 18/12/2015	12
Agricultura familiar recebe R\$ 287 milhões por meio do PAA – CONAB. 18/12/2015.....	13
CMN aprova novo prazo para a formalização das renegociações do Crédito Fundiário – FETRAF. 19/12/2015.....	14
Desembolsos ficam estáveis este ano. Guilherme Meirelles – Valor Econômico. 21/12/2015.....	15
Atendimento a comunidades quilombolas de Mato Grosso será intensificado em 2016 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/12/2015.....	16
Cooperativa reúne 22 comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul para comercializar produção – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 22/12/2015	17
Recessão desestimula até o crédito direcionado – Jornal O Estado de São Paulo. 29/12/2015.....	18
Conab investe 8,2 milhões no apoio à comercialização da agricultura familiar – CONAB. 29/12/2015.....	19
Produtores do Nordeste pedem mais prazo para pagar dívidas. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 30/12/2015.....	20

MP suspende prazo para cobrança de dívida de produtor rural no NE. Vandson Lima – Valor Econômico. 31/12/2015.	21
Crédito leva desenvolvimento ao meio rural. Gabriella Bontempo. Site do MDA. 31/12/2015.....	21

Pronaf: contagem regressiva para liquidação de dívida. Gabriella Bontempo. Site do MDA. 01/12/2015.

Começou a contagem regressiva do prazo para liquidação das dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com desconto de 70%. Até o dia 30 de dezembro, assentados da reforma agrária e agricultores familiares, beneficiários do Crédito Fundiário, que não conseguiram pagar as parcelas dos grupos “A” e “A/C” podem colocar as contas em dia. Podem participar da ação produtores rurais que contrataram financiamento do Pronaf até dezembro de 2010.

O processo é bem simples. Basta o agricultor procurar a instituição financeira onde foi feito o financiamento e apresentar o RG e o CPF. Os funcionários do banco farão o cálculo do saldo devedor e emitirão o boleto com o novo valor, já com o desconto, para pagamento à vista.

Há dois anos, o assentado Acinemar Gonçalves Costa, 44 anos, morador do município de Formosa (GO), aproveitou o benefício do governo federal para se livrar de uma dívida que já beirava R\$ 24 mil. “Assim que fui assentado, em 2000, fiz um financiamento do Pronaf para comprar gado. Como não consegui pagar, os juros dobraram o valor do crédito e a conta aumentou”, lembra.

Quando ficou sabendo da liquidação com desconto, não pensou duas vezes. “Eu tinha uma dívida que não pagaria nunca, por ser tão alta. Com essa medida do governo, o banco tirou os juros e deu o desconto no valor que foi contratado, que era de R\$ 12 mil. No fim, quitei o Pronaf pagando R\$ 2,3 mil”.

Além de zerar as contas com a liquidação, o agricultor e assentado podem voltar a tomar o crédito do governo federal, para investir na produção, bem como acessar os programas de comercialização como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (Pnae).

A medida foi definida pela resolução nº. 4.436, de 24 de setembro de 2015. Metade dos trabalhadores rurais que pode se beneficiar com a medida está nos estados do Maranhão, Mato Grosso, Pará e São Paulo.

Extensionista: Mão amiga na produção rural. Jalila Arabi. Site do MDA. 04/12/2015

São 2,5 milhões de famílias do campo produzindo mais e melhor em todo o Brasil. O motivo? Elas recebem Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que ajuda a melhorar a renda e a qualidade de vida desses produtores rurais. E a execução desses serviços só é possível porque 16 mil técnicos extensionistas em todo o País compartilham, todos os dias, conhecimento e experiências para o meio rural. E em reconhecimento a esse trabalho é que se celebra, no dia 06 de dezembro, o Dia Nacional do Extensionista Rural.

Rafael Lima de Medeiros, 28 anos, é um desses profissionais. Técnico de Ater há cinco anos, dedica boa parte do seu tempo a ajudar famílias de agricultores familiares e de assentados da reforma agrária. Até agora, mais de 500 famílias do Distrito Federal já receberam o auxílio de Rafael, que se apaixonou pela área ainda na faculdade. “Fui apresentado para a extensão rural num estágio que fiz na Emater e achei muito interessante o contato com o agricultor familiar. Surgiu a oportunidade de fazer o concurso e estou aqui até hoje, é um trabalho muito gratificante”, declara.

O técnico de Ater brasileiro veio de uma família de agricultores. “Meus avós e meus pais vieram do meio rural, eu nasci na cidade mesmo. Mas sempre escutava as histórias de como era o trabalho deles no campo, por isso optei por fazer um curso de graduação nessa área”, explica Rafael, que é formado em Ciências Agrárias.

A assentada da reforma agrária Maria Roseli de Freitas é prova desse intenso trabalho. A família dela, que mora no assentamento Contagem, em Sobradinho (DF), foi uma das atendidas por Rafael e atribui boa parte do sucesso de sua produção à ajuda dos técnicos. “Os técnicos de Ater são mais que companheiros para nós. Se a gente precisa de qualquer coisa, eles nos ajudam. Agora tem até esse tal de ‘zap’, é só mandar uma mensagem que eles vêm rapidinho”, diverte-se a assentada, que ainda está se adaptando à tecnologia.

Roseli relembra, aos risos, uma situação em que a assistência técnica foi fundamental. “Eu vim do interior do Ceará, não sabia fazer nada. Minhas primeiras poncãs eu plantei com a embalagem, no saco mesmo, acredita? Mas aí eles me ajudaram, plantamos tudo de novo. Eles me ensinaram a engatinhar”, confessa.

Intervenção essencial

O diretor do Departamento de Ater do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Dater/MDA), Marenilson Batista, ressalta que esse profissional é de extrema importância para o campo. “O extensionista é um servidor que busca fortalecer a economia da família e assegurar a segurança alimentar. Ele tem a função de orientar todo o processo produtivo e de facilitar o acesso a políticas públicas”, salienta.

Segundo Marenilson, dos 16 mil técnicos reunidos pela Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), oito mil são financiados por chamadas públicas do MDA e do Incra, sendo 700 mil famílias atendidas por esses projetos. “Os técnicos têm uma influência direta na qualidade dos alimentos, a partir da orientação do MDA, que trata da produção de alimentos saudáveis”, observa.

O presidente da Asbraer, Argileu Martins, reforça o papel desse profissional no campo. “Quando o técnico entra para extensão rural, passa por um processo de formação que o transforma num agente de desenvolvimento rural. Além de trabalhar os processos de inovação tecnológica, ele passa a trabalhar o acesso qualificado às políticas públicas, por isso o extensionista é muito importante na articulação do desenvolvimento rural e sustentável”, frisa.

Agroecologia

O técnico Rafael Lima conta que já atendeu famílias com produção convencional e agroecológica. Para ele, é importante a conscientização para métodos mais naturais, mas sempre respeitando a vontade do agricultor. “Trabalhamos com agricultores convencionais, mas tentando inserir algumas práticas agroecológicas no dia a dia deles. Oferecemos o sistema de plantio associado, uso mais racional de insumos químicos, uso de adubo orgânico, criação de barreiras em volta da propriedade, todas essas questões que são associadas à agroecologia nós tentamos incorporar na produção convencional”, explica.

Para Rafael, a parte mais trabalhosa é a transição do convencional para o agroecológico, mas os técnicos extensionistas podem suavizar essa mudança. “Estamos aqui como facilitadores. O trabalho como técnico é contínuo. A partir do momento que o agricultor

recebe Ater, nos esforçamos para que ele não deixe de ser atendido. Enquanto ele estiver demandando, ofereceremos o nosso serviço”, garante.

Maria Roseli já trabalhou com sistema agroecológico na produção de hortifrutigranjeiro, mas atualmente está com um sistema convencional. Ela pretende retornar para o sistema orgânico e conta com a ajuda da Ater para isso. “Agora, não estou mais tanto na roça como gostaria, porque estou doente, mas quero voltar”, diz. Ela tem ajuda dos técnicos também em sua agroindústria, que ajuda no sustento dela, dos filhos e dos netos. “A produção aqui não é muita coisa, mas como é para mim e para minha família está tudo bem. O forte é a mandioca, comecei a plantar bananeira e tenho também uma fábrica de bolos e de biscoito, vivo disso”, completa. Ela e os filhos vendem a produção para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal.

Dia do Extensionista

O Dia Nacional do Extensionista Rural é comemorado no dia 06 de dezembro. A data foi aprovada em 2008, por meio do Projeto de Lei nº. 2191/07. A comemoração faz referência à inauguração da primeira instituição de extensão rural do Brasil, a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (Acar). O PL tem como objetivo valorizar o extensionismo rural, que contribui para melhorar as condições de vida no campo e a diminuir as desigualdades sociais.

Avanços e resultados no crédito fundiário. Site do MDA. 09/12/2015

Mais de 1,4 mil famílias atendidas em 2015 pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) - elevando para 138 mil o número de agricultores (as), mais de 30 mil famílias beneficiadas com serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e arrecadação recorde de R\$ 185 milhões de retorno ao Fundo de Terras. Estes foram alguns dos resultados preliminares apontados no balanço do programa apresentado durante a Oficina Nacional do PNCF, que ocorre em Brasília, de 9 a 11 de dezembro.

“Nosso objetivo é fazer mais que um balanço das ações do Crédito Fundiário, mas pensar em que medida, nós - governo, estado e movimentos -, podemos adotar para aprimorar o programa, tornando-o mais completo e sustentável, de maneira que essa importante ferramenta de acesso à terra seja ainda melhor e mais acessível aos agricultores familiares”, disse o secretário de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), Adhemar Almeida.

O balanço trouxe ainda uma série de avanços implementados no programa ao longo do ano, que visa ampliar o público beneficiado, dar mais agilidade e sustentabilidade as propostas. Entre os temas em debate estão: o aumento nos tetos de renda e patrimônio (Decreto 8.500); o aperfeiçoamento dos Sistemas (SIG-CF e SMMT); o Crédito Fundiário na WEB, que agiliza a tramitação das propostas de financiamento; e a simplificação do acesso ao programa no Minha Casa, Minha Vida Rural. Avanços que terão repercussão efetiva em 2016.

Parceria comprometida

Para Adriano Gelsleuchter, coordenador Estadual de Jovens, Agrária e Meio Ambiente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina (Fetaesc), a Oficina é um importante espaço de discussão do valor do programa para a sucessão familiar. “Precisamos dar visibilidade aos inúmeros casos exitosos e demonstrar ao governo a importância do Crédito Fundiário, para a continuidade da agricultura familiar, principalmente, por oportunizar aos jovens o acesso à terra.”

Marcos Rozar, diretor de Administração e Finanças da Federação dos Agricultores Familiares (Fetraf/Brasil), reforçou a necessidade de criar mecanismos para desburocratizar o acesso ao PNCF, e entende que as entidades reunidas na Oficina “têm capacidade e legitimidade para elaborar propostas capazes de atender essa necessidade.”

Garantia-Safra beneficia 141 mil agricultores familiares no Nordeste. Site do MDA. 09/12/2015

Mais de 141 mil agricultores familiares de 189 municípios da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe vão receber o benefício do Garantia-Safra em dezembro. É a primeira parcela, de cinco de R\$ 170, totalizando R\$ 850 por agricultor. O Ministério do Desenvolvimento Agrário autorizou pagamento dos benefícios relativos à safra 2014/2015.

A lista dos municípios está na portaria publicada nesta quarta-feira (9) no Diário Oficial da União. Os pagamentos seguem as mesmas datas definidas pelo calendário de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

Os agricultores familiares, que serão beneficiados, vivem em municípios com perda comprovada de até 50% do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca e algodão.

A cada mês uma nova portaria é publicada incluindo novos beneficiários. O agricultor deve verificar se a cidade onde mora participa do Garantia-Safra. O seguro atende os estados do Nordeste e Semiárido.

O recurso é do Fundo Garantia-Safra, formado por contribuições do agricultor, do município, do estado e da União.

Contribuição do agricultor

Para participar do Garantia-Safra, o agricultor deve procurar o escritório de assistência técnica ou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município onde vive. A inscrição é feita através da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Depois, deve procurar a Prefeitura para receber um boleto e fazer a adesão ao Garantia-Safra. O pagamento do boleto deve ser feito em uma agência da Caixa Econômica Federal ou correspondente bancário, dentro do prazo definido para seu município. A adesão deve ser realizada antes do plantio.

O município deve assinar o Termo de Adesão com o governo estadual e definir a quantidade de agricultores que vão participar em sua jurisdição.

Programa Nacional de Crédito Fundiário beneficia sete famílias no Município de Presidente Tancredo Neves, no Baixo Sul da Bahia – FETRAF. 13/12/2015.

Três anos de luta, dedicação e perseverança resultam na aprovação da proposta do Crédito Fundiário da Associação Condomínio Eliane Oliveira (ACEO) em Salvador. A conquista é fruto de uma idéia inovadora da Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves – COOPATAN, juntamente com a Casa Familiar Rural - CFR-PTN que buscou a o PNCF para garantir a permanência dos Jovens com melhor qualidade de vida no campo, contribuindo para a geração de ocupação de mais renda.

O estabelecimento de assentamentos tem sido uma forma usada pelo governo, para

pressionar os movimentos sociais a mudarem essa realidade, contudo, se observa que por vários fatores essa metodologia tem apresentado problemas, e não age como solução para o acesso a terra, principalmente para jovens oriundos do campo do modelo da agricultura familiar.

Como a solução para esse grave problema agrário se arrasta ao longo de décadas no Brasil, aprofundar a implantação de novas estratégias que proporcionem a ampliação do acesso a terra torna-se fundamental. O sistema de Condomínio Agrícola se apresenta como uma ferramenta que pode ser aplicada para melhorar o acesso a terra, sendo uma iniciativa que pode inspirar a geração de políticas públicas, porém é essencial observar critérios que potencializem a produção agrícola na etapa de escolha das áreas para estabelecimento dos condomínios.

O Nome “Eliane Oliveira” é uma homenagem a uma jovem da região que durante sua vida lutou pela melhoria da classe rural principalmente com projetos ligados a juventude.

A aprovação desta primeira proposta na região, possibilita que outras Associações se formem para buscar novas fazendas, pois, o PNCF era visto por todos na região como algo que não funcionava.

Avanços e resultados no crédito fundiário pautam oficina nacional – FETRAF. 13/12/2015.

Mais de 1.4 mil famílias contratadas em 2015, elevando para 138 mil o número de agricultores (as) atendidos pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); o atendimento a 30 mil famílias com o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater); e a arrecadação recorde de R\$ 185 milhões de retorno ao Fundo de Terras foram alguns dos resultados preliminares apontados no balanço do programa feito durante a Oficina Nacional do PNCF, que acontece em Brasília, de 9 a 11 de dezembro.

“Nosso objetivo aqui é fazer mais que um balanço das ações do Crédito Fundiário, mas pensar em que medida, nós - governo, estado e movimentos -, podemos contribuir para aprimorar o programa, tornando-o mais completo e sustentável, de maneira que essa importante ferramenta de acesso à terra seja ainda melhor e mais acessível aos agricultores familiares”, disse o secretário de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), Adhemar Almeida.

O balanço trouxe ainda uma série de avanços implementados no programa ao longo do ano, que visa ampliar o público beneficiado, dar mais agilidade e sustentabilidade as propostas como: aumento nos tetos de renda e patrimônio (Decreto 8.500); o aperfeiçoamento dos Sistemas (SIG-CF e SMMT); o Crédito Fundiário na WEB, que simplifica e agiliza a tramitação das propostas de financiamento; a simplificação do acesso ao programa no Minha Casa Minha Vida Rural, entre outras. Avanços que terão repercussão efetiva em 2016.

Parceria comprometida

Para Adriano Gelsleuchter, coordenador Estadual de Jovens, Agrária e Meio Ambiente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina (Fetaesc), reforçou a importância da Oficina como espaço de discussão do valor do programa para sucessão familiar. “Precisamos dar visibilidade aos inúmeros casos exitosos e demonstrar ao governo a importância do Crédito Fundiário para a continuidade da agricultura familiar, principalmente por oportunizar aos jovens o acesso à terra. Marcos Rozar, diretor de Administração e Finanças da Federação dos Agricultores Familiares Fetraf Brasil, reforça a necessidade de criar mecanismos para desburocratizar o acesso ao PNCF, e entende que as entidades reunidas na Oficina têm a capacidade e legitimidade para elaborar propostas que deem conta de atender essa necessidade.

20 anos de confiança mútua e desenvolvimento no campo. Ranyelle Andrade. Site do MDA. 15/12/2015

O programa que transformou a realidade de mais de 2,6 milhões de unidades familiares de produção, gerou renda, potencializou o uso da mão de obra familiar e viabilizou o aumento da produção e da produtividade dos alimentos consumidos pelos brasileiros, completa 20 anos em 2015. Em Chapecó, município de Santa Catarina, nem o tempo fechado desanimou os agricultores familiares, que prepararam, nesta terça-feira (15), uma festa para comemorar o aniversário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e receber o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias.

O seminário ‘Pronaf: 20 anos de produção de alimentos’, organizado pelo sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Central SC/RS), reuniu agricultores familiares, lideranças rurais e sindicais, gestores e parlamentares, com o intuito de discutir estratégias para aperfeiçoar a iniciativa. Na abertura do evento, um gesto proposto pela cooperativa traduziu a relação de confiança e parceria construída, nesse período, entre o governo federal e os agricultores familiares. Todos os participantes foram convidados a cumprimentar, um ao outro, com um fraterno aperto de mão.

Convidado a falar aos agricultores e lideranças presentes, Patrus enalteceu as belezas naturais do município catarinense, lembrou a "infância na roça" e fez uma retrospectiva sobre os êxitos da agricultura familiar em 2015, seu primeiro ano à frente da pasta do Desenvolvimento Agrário. "Tivemos grandes avanços, como o aumento, em 20%, dos recursos do Pronaf, as mudanças no Seguro da Agricultura Familiar e o aumento nos valores de compras governamentais. Nos próximos dias, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) também será realidade".

O ministro também falou sobre os desafios e compromissos prioritários para o MDA, nos próximos três anos. "As mulheres têm que ter acesso aos mesmos direitos que os homens e os jovens precisam de mais educação, lazer e qualidade de vida para permanecerem no campo. As famílias precisam ser assentadas e o campo tem que ter incentivo para se desenvolver, agregar valor ao que produz e cultivar alimentos cada vez mais saudáveis", completou.

O presidente da Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol), Ailton Croda, elogiou a condução do programa pelo governo federal nos últimos doze anos e convidou os participantes a refletirem sobre a importância da democracia para o avanço da agricultura familiar e sobre o atual momento político do país. "Avançamos muito com o Pronaf e com outras políticas

públicas, que contribuíram para o desenvolvimento do campo. Não podemos aceitar voltar atrás. Precisamos avançar com o Pronaf, com espaços de debates como esse e, principalmente, com o comprometimento de quem quer um país livre, justo e fraterno", afirmou.

Já o presidente da Cresol Central, Rudemar Casagrande, aproveitou sua fala para destacar as conquistas alcançadas pelos agricultores familiares em duas décadas. "É uma história marcada por muitas lutas e dificuldades, mas que resultou em muitos avanços. Temos muito orgulho de fazer parte dessa trajetória".

A produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos também foi assunto de destaque, durante o seminário. Representando a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf), Celso Ludwick, falou sobre importância do crédito para a produção sustentável. "O ministro (Patrus), que é um entusiasta da agroecologia, vai concordar: o Pronaf não é um instrumento da agricultura familiar, mas de toda sociedade. Ninguém mais quer consumir produtos que fazem mal à saúde".

Sobre a Cresol Central SC/RS

A Cresol é um sistema de cooperativas com crédito rural com interação solidária para oferecer, além de crédito, oportunidades para inclusão produtiva dos agricultores familiares. Com sede em Chapecó, a Cresol Central conta atualmente com mais de 61 cooperativas singulares afiliadas, cooperados, 1, 1 mil colaboradores em 500 municípios.

Agenda em Chapecó

Ainda em agenda no município catarinense, o ministro Patrus Ananias visitará a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf), da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf/Sul).

Últimos dias para liquidação do Pronaf A e A/C. Site do MDA. 16/12/2015

Assentados da reforma agrária pelo Incra ou pelo Crédito Fundiário que tenham contratado crédito dos Grupos "A" ou "A/C", de custeio e investimento, até 31 de dezembro de 2010, que estavam inadimplentes até 30 de dezembro de 2013, podem pagar seus débitos com redução de 70% do valor da dívida. O pagamento deve ser feito antes do dia 30 de dezembro de 2015 no banco onde o financiamento foi contratado.

A liquidação e renegociação dos débitos originários de operações de crédito rural e das dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União até 23 de junho de 2014, poderão ser pagos ou renegociados com redução dos seus valores até dia 30 de dezembro de 2015.

Até o fim do mês também as operações de crédito rural contratadas até 31/12/2008 com recursos dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO), com risco do fundo ou compartilhado entre o banco e o respectivo fundo, que estavam em situação de inadimplência em 30 de dezembro de 2012, podem ser renegociadas em até 10 anos para pagar, desde que pague/amortize o mínimo equivalente a 10% do saldo devedor atualizado.

O que fazer

O agricultor familiar que contratou financiamento e não conseguiu pagar as parcelas ou contratos deve ir à agência do banco responsável pelo financiamento com os documentos de identificação – RG e CPF – e verificar como está a dívida. Os funcionários do banco farão o cálculo do saldo devedor e emitirão o boleto bancário. Para aqueles que estejam com dívida inscrita na Dívida Ativa da União, recomenda-se procurar a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional nos escritórios da Receita Federal.

Pagando as parcelas atrasadas, será possível a solicitação de novas linhas de crédito rural e a participação em políticas públicas como Minha Casa, Minha Vida – que oferece recursos subsidiados para construção de habitação rural -, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), entre outras.

Mulheres Sem Terras de MS conquistam crédito fomento mulher. Site do MST. 17/12/2015

Mais de três mil mulheres serão beneficiadas pela estratégia de construção e autonomia financeira.

A linha de crédito “Fomento Mulher”, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é o reconhecimento da importância do trabalho produtivo das mulheres da reforma agrária.

Em Mato Grosso do Sul há anos movimentos populares, como o MST, estão na batalha para que todas as trabalhadoras assentadas possam receber o benefício. E após muita luta o sonho começa a se tornar realidade. Na última sexta-feira (11), mais de 200 mulheres assentadas de Sidrolândia já tiveram acesso ao fomento, que foi liberado pela Superintendência Regional do Incra/MS, em solenidade realizada na sede do assentamento Eldorado, distante cerca de 70 Km da capital Campo Grande. Somente neste município cerca de 1.691 mulheres serão beneficiadas com esse recurso ao longo de 2016. De acordo com o superintendente do Incra no Estado, Humberto de Mello Pereira, o novo crédito vai fortalecer a produção das mulheres, melhorar a segurança e a soberania alimentar das famílias.

“Cada uma delas receberá R\$ 3 mil reais e contarão com o apoio da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para usar este fomento na implantação de quintais produtivos e com isso garantir alimentação saudável, mais qualidade de vida para sua família e ainda poder gerar renda”, disse. O superintendente explicou ainda que todas as trabalhadoras assentadas da reforma agrária, atendidas por serviço da Ater, podem acessar este fomento mulher.

Para Brunetto, esta conquista que vem de longa data.

Para que isso ocorra é necessário que o cadastro esteja atualizado no Incra, não ter recebido apoio mulher anteriormente e estar inscrita no CadÚnico (cadastro do Instituto). Após isso é só se escrever e aguardar os trâmites internos. A mulher será comunicada para assinar o contrato e será orientada sobre como proceder para retirada do cartão bancário”, explica.

Para Atiliana Brunetto, do MST, o momento é de comemorar esta conquista que vem de longa data.

“Acompanhamos toda esta luta desde a Marcha das Margaridas há cerca de cinco anos, pois para nós mulheres este fomento tem um significado importante. É um recurso,

mesmo que ainda não seja tudo o que sonhamos, especificamente para que as mulheres invistam naquilo que acreditam ser o ideal dentro dos projetos permitidos pelas Ater e muitas já fazem isso, como os quintais produtivos, os artesanatos e esse dinheiro seria um incentivo para que continuem na batalha pela sua independência financeira”, explica. Uma solicitação do MST ao Incra de MS foi de que a Assistência Técnica tenha o olhar voltado a realidade das mulheres assentadas, ressalta, Atiliana.

“O técnico ou a técnica de Ater deverão elaborar o projeto produtivo na área em que a mulher assentada deseja investir o recurso, portanto possuem papel fundamental neste processo. Por isso a solicitação do MST para que a Assistência tenha o zelo, o cuidado e o olhar voltado para as nossas mulheres, pois sabemos a realidade de vulnerabilidade, de violência, de machismo, que muitas delas vivenciam no seu cotidiano”, conclui. O Incra vai destinar R\$ 11,4 milhões a mais de 3.800 mulheres assentadas no Estado, que já assinaram o contrato e deverão receber a quantia até o final deste ano. Quando elas acessarem o fomento estarão com a sua atualização cadastral prontas para acessar todas as linhas de crédito de instalação e além disso, ao pagar o crédito em dia, em uma única parcela, a assentada tem um desconto de 80%, ou seja, dos R\$ 3 mil a agricultora paga R\$ 600 ao final de um ano.

Outros créditos

Além do Fomento Mulher, os assentados e assentadas da reforma agrária podem acessar outras três modalidades de crédito, com objetivo de apoiar o agricultor e a agricultora desde a instalação no lote até o início da produção. Os créditos disponíveis são: Apoio inicial 1: para apoiar a instalação no lote e a aquisição de itens de primeira necessidade, com valor disponível de até R\$ 2.400 por família assentada;

Apoio inicial 2: para apoiar a aquisição de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, com valor de até R\$ 2.800,00 e só pode ser acessado após a construção da casa; Fomento: para viabilizar projetos produtivos de promoção e segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de renda. Este crédito é de até R\$ 6.400,00, dividido em duas operações de R\$ 3.200,00, por família assentada.

Novo prazo para formalizar renegociação do Crédito Fundiário. Site do MDA. 18/12/2015

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesta quinta-feira (17), a Resolução nº 4.450, que estabelece um novo prazo para a formalização das renegociações de contratos do Programa de Crédito Fundiário (PNCF) e Banco da Terra.

Terão direito ao benefício todos que pagaram os 5% de amortização, mas por outros motivos não conseguiram finalizar o processo na data limite. As mais de 20 mil famílias que se encontram nessa situação tem, agora, até 30/12/16 para concluírem a renegociação. A data limite para entrega da documentação ao agente financeiro é 30/06/16.

“O momento requer uma grande mobilização envolvendo o MDA, as Unidades Técnicas Estaduais (gestoras do programa nos Estados) e os movimentos sociais, no sentido de auxiliar essas 20 mil famílias na conclusão da renegociação. Só assim eles poderão voltar a acessar as políticas públicas que promovem o desenvolvimento de suas propriedades e a melhoria na qualidade de vida”, comentou o secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Almeida.

A beneficiária Gisele do Nascimento Gonçalves, da Associação de Agricultores Familiares Santa Rita de Cássia, de Ribeirão Branco (SP), recebeu a notícia com muito entusiasmo.

“Essa notícia traz alma nova para mim e para milhares de agricultores do Crédito Fundiário, que como eu fizemos o que precisava, mas não conseguimos concluir a renegociação no prazo. A nova data foi um presente de Deus, pois já havíamos perdido a esperança e isso nos afligia muito. Vou correr e contar pra companheirada, será o melhor presente de Natal”, disse a agricultora.

Para o diretor de Políticas a Agricultura Familiar e da Pesca de Santa Catarina, Hilário Gottseling, a Resolução 4.450, do Conselho Monetário Nacional corrige problemas ocorridos no processo de negociação da resolução 4178, e atende aos beneficiários que não conseguiram, em tempo hábil, concluir os contratos de negociação.

“Com a resolução deveremos resolver, por exemplo, o passivo do programa em Santa Catarina, que são aproximadamente 330 contratos”, completou Gottseling.

Agricultura familiar recebe R\$ 287 milhões por meio do PAA – CONAB. 18/12/2015.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) operacionalizou em 2015 cerca de R\$ 287 milhões no apoio à comercialização da produção da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O valor representa a totalidade do orçamento repassado pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Do valor total aplicado, a maior parte foi destinada à Compra com Doação Simultânea (CDS). Para esta modalidade, os recursos foram na ordem de R\$ 241 milhões, o que representa 84% do total. Com isso, mais de 870 projetos com cooperativas e associações de agricultores familiares foram formalizados e os alimentos destinados ao abastecimento das redes socioassistencial, de ensino, de saúde e também a equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

A Região Nordeste teve grande destaque. Bahia, Alagoas e Paraíba foram responsáveis pela execução de cerca de 25% dos recursos da modalidade CDS, beneficiando mais de 8 mil agricultores familiares. Já no Norte, Amazonas, Amapá e Rondônia foram os estados que apresentaram maior número de projetos, o que beneficiou, em especial, as famílias indígenas da região. Cabe destaque, também, para a retomada da execução no estado do Paraná.

De acordo com o diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, João Marcelo Intini, o resultado obtido neste ano é reflexo de um trabalho iniciado em 2014, a partir do estabelecimento do novo manual normativo e das capacitações realizadas com as equipes da Conab e com mais de 3 mil representantes de entidades participantes do PAA. "Essas ações permitiram que recebêssemos uma maior quantidade de projetos, o que resultou na execução total do orçamento repassado pelos ministérios parceiros, possibilitando a operação do Programa em todo os estados brasileiros", destaca Intini.

Aquisição de sementes - As associações e cooperativas também acessaram R\$ 14,3 em Aquisição de Sementes. No primeiro ano de execução, a nova modalidade foi operada

em 10 superintendências regionais da Companhia. A partir da iniciativa, foram adquiridos vários tipos de sementes, de variedades e crioulas, como milho, arroz, feijão, cebola, entre outras.

Compra Direta - Os agricultores familiares puderam contar com R\$ 11 milhões destinados para a Compra Direta. Nesta modalidade, o produto que teve maior destaque foi o leite em pó, com a compra de mil toneladas pelo governo federal. A medida ajudou a manter a remuneração dos pequenos produtores, gerando renda quando os preços praticados no mercado estavam em queda.

Formação de estoques - A partir do PAA os agricultores familiares ainda tiveram acesso a R\$ 20,7 milhões para formar seus estoques. Desta forma, os produtos, após sofrerem processo de transformação, podem ser comercializados em momento mais favorável do mercado.

Desde 2003, os recursos operados pela Companhia por meio do PAA superaram os R\$ 3,3 bilhões, beneficiando pequenos produtores de pelo menos 2.700 municípios.

CMN aprova novo prazo para a formalização das renegociações do Crédito Fundiário – FETRAF. 19/12/2015.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesta quinta-feira (17), a Resolução nº 4.450, que estabelece um novo prazo para a formalização das renegociações de contratos do Programa de Crédito Fundiário (PNCF) e Banco da Terra. Terão direito ao benefício todos àqueles que pagaram os 5% de amortização, mas por questões diversas não conseguiram finalizar o processo na data limite. As mais de 20 mil famílias que se encontram nessa situação terão agora até 30/12/16 para concluírem a renegociação, sendo 30/06/16 a data limite para a entrega de documentação ao agente financeiro.

“O momento agora requer uma grande mobilização envolvendo o MDA, as Unidades Técnicas Estaduais (gestoras do programa nos Estados) e os Movimentos Sociais, no sentido de auxiliar essas 20 mil famílias na conclusão da renegociação. Só assim eles poderão voltar a acessar às políticas públicas que promovem o desenvolvimento de suas propriedades e a melhoria na qualidade de vida”, comentou o secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Almeida.

A beneficiária Gisele do Nascimento Gonçalves, da Associação de Agricultores Familiares Santa Rita de Cássia, de Ribeirão Branco, (SP), recebeu a notícia com muito entusiasmo. “Essa notícia traz alma nova par mim e para milhares de agricultores do Crédito Fundiário, que como eu fizemos o que precisava, mas não coseguiram concluir a renegociação no prazo. A nova data foi um presente de Deus, pois já havíamos perdido a esperança e isso nos afligia muito. Vou correr e contar pra companheirada, será o melhor presente de Natal”, disse eufórica a agricultora.

Para o diretor de Políticas a Agricultura Familiar e da Pesca de Santa Catarina, Hilário Gottseling, a Resolução 4.450, do Conselho Monetário Nacional corrige problemas ocorridos no processo de negociação da resolução 4178, e atende aos beneficiários que não conseguiram, em tempo hábil, concluir os contratos de negociação.

“Com a resolução deveremos resolver, por exemplo, o passivo do programa em Santa Catarina, que são aproximadamente 330 contratos”, completou Gottseling.

Desembolsos ficam estáveis este ano. Guilherme Meirelles – Valor Econômico. 21/12/2015.

O balanço parcial dos financiamentos no Plano Agrícola e Pecuário 2015/16 mostra que, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o desembolso no período julho/novembro foi de R\$ 62,438 bilhões, ante R\$ 62,422 bilhões na safra passada. Já as operações fechadas apresentaram drástica redução, passando de 410.210 contratos para 330.573 na safra atual.

O volume liberado pelo governo, no início de junho, foi de R\$ 187,7 bilhões, sendo R\$ 149,5 bilhões voltados para custeio e comercialização e R\$ 38,2 bilhões para investimentos. Os números incluem financiamentos para grandes produtores e para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Não estão incluídos os aportes para o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf).

Os números estão de acordo com as expectativas do Mapa, em função tanto do quadro atual da economia, marcado pela alta da inflação, da Selic e a desvalorização do real (que afeta a compra de insumos importados), como também do atraso na liberação do crédito de pré-custeio.

Nesse contexto, segundo avaliação do governo, o destaque ficou para o desembolso de R\$ 42,293 bilhões para o crédito de custeio (compra de insumos, plantio, tratamentos culturais e colheita), volume 23% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. Já os financiamentos liberados para investimentos (compra de máquinas e expansão) totalizaram R\$ 9,094 bilhões ante R\$ 16,897 bilhões em 2014, com queda brusca de operações contratadas - 55.978 ante 111.774.

Segundo André Nassar, secretário de Política Agrícola do Mapa, a distribuição dos valores obedeceu a critérios estratégicos. "Esta é uma safra mais cara comparada às anteriores, principalmente aos aumentos do combustível e da energia, e assim optamos por priorizar os créditos para custeio. A baixa demanda por investimentos era esperada, já que o setor investiu forte no ano passado em modernização de frota e compra de equipamentos. Só vai se tornar preocupante caso se repita por mais de três anos", afirma.

Os créditos para o setor rural têm forte peso na composição do capital de giro dos produtores - cerca de 40% - em função da política de juros subsidiados pelo governo, inclusive mais baixos que os ofertados pelo BNDES. A taxa média do atual Plano Safra é de 8,75% ao ano, quase 35% superior à oferecida no ano passado. Os empréstimos para custeio costumam ser quitados até a safra seguinte e a inadimplência média é de 1%.

Os limites de crédito vão de R\$ 2,4 milhões para comercialização, passando por R\$ 1,2 milhão para custeio e R\$ 385 mil por produtor em caso de investimentos. Os recursos para o crédito rural vêm majoritariamente da obrigatoriedade do depósito de 34% de depósitos a vista de todos os bancos e de aproximadamente 80% da caderneta de poupança rural, modalidade encontrada apenas no Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e no Banco da Amazônia.

Para Ivan Wedekin, diretor da Wedekin Consultores e presidente da Câmara de Crédito e Comercialização do MAPA, o portfólio de linhas de financiamento para o agronegócio abrange todas as classes de produtores. "O Pronaf, por exemplo, concede tíquetes médios de R\$ 7 mil", afirma Wedekin. Além das modalidades junto aos agentes financeiros, diz Wedekin, há também as operações "barter" (troca, em inglês), nas quais o pagamento do fertilizante ou do defensivo é pago por meio da produção agrícola da

safrinha colhida. O sistema é adotado por grandes multinacionais, como Monsanto, Cargill e Syngenta.

Os recursos são repassados ao setor pelos bancos públicos (principalmente o BB), bancos privados e cooperativas de crédito, que repassam os valores para as 1.543 cooperativas agrícolas presentes no país. Segundo Paulo Cesar Dias Junior, coordenador do ramo agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o setor responde por 11,6% dos créditos com juros controlados.

Com perfil voltado para investimentos, as linhas do BNDES vêm mantendo uma curva de crescimento em 2015. Segundo Carlos Alberto Vianna Costa, chefe do departamento de gestão de crédito rural, cerca de 61% dos recursos de investimentos anunciados em julho possuem financiamento pelo BNDES.

Recém ingressa ao mercado de crédito rural, a Caixa Econômica Federal (CEF) liberou este ano R\$ 4,6 bilhões em pré-custeio e Plano Safra. Líder entre os bancos privados, o Bradesco conta com cerca de R\$ 21 bilhões em contratos ativos, incluindo juros controlados e juros livres.

Atendimento a comunidades quilombolas de Mato Grosso será intensificado em 2016 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/12/2015

As comunidades quilombolas de Mato Grosso vão contar com atendimento ampliado de demandas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e de documentação em 2016. O compromisso foi assumido pela superintendência do Incra no estado, durante a realização da terceira Mesa Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas, em Cuiabá.

Além de técnicos do Incra e de representantes de 12 comunidades quilombolas, participaram da reunião, no último dia 10, integrantes dos conselhos estaduais de Educação e de Promoção da Igualdade Racial, além de entidades que atuam em defesa dos direitos quilombolas e valorização de suas culturas.

As ações a serem conduzidas pela autarquia abrangem o cadastramento junto ao Incra para emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e a realização de mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).

A DAP identifica os moradores dessas comunidades como agricultores familiares, garantindo acesso os recursos do Pronaf para custeio e investimento na produção e a outras políticas públicas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Já por meio dos mutirões do PNDTR, é realizada a emissão gratuita de documentos civis, trabalhistas e previdenciários.

As comunidades também serão beneficiadas a partir da formalização de uma parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e de contratação de empresas para a elaboração de relatórios antropológicos. Os estudos, feitos durante a primeira etapa do processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas conduzido pelo Incra, estão previstos para terem início no primeiro semestre do próximo ano.

“Temos clareza e confiança no trabalho realizado e vamos continuar atuando desta forma, buscando demonstrar a importância da regularização dos territórios quilombolas, ação que significa uma reparação histórica, mas ainda pouco compreendida por parte de alguns setores da sociedade”, afirmou o superintendente regional do Incra, Giuseppe Vieira.

Na oportunidade, a coordenadora do Serviço de Regularização Fundiária de Quilombos do Incra/MT, Natália Ilka Morais, apresentou um balanço das ações realizadas em 2015, explicando a situação dos relatórios antropológicos em andamento, dos que já foram finalizados, além dos processos de desapropriação em trâmite na superintendência.

Os representantes das comunidades de Água Doce, Baixio, Bocaina, Capão do Negro, Itambé, Jacaré dos Pretos, Lagoinha de Cima, Manga, Mata Cavallo, Morro Cambambi, Porto Calvário (Bela Cor) e São Gonçalo II também obtiveram garantias de outros órgãos presentes à Mesa.

Ao informar sobre a atuação do Programa Brasil Quilombola, a gerente de Projetos da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Lidiane Amorim, informou sobre a disponibilidade de realização de uma reunião de trabalho com o Governo de Mato Grosso, além de audiências públicas e encontros temáticos a fim de tratar de casos específicos na busca de solução para os problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas do estado.

Conforme antecipou o chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra/MT, Nelson Juvenal da Silva Filho, a próxima reunião da Mesa Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas ocorrerá na região Oeste de Mato Grosso.

Cooperativa reúne 22 comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul para comercializar produção – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 22/12/2015

“A união faz a força”. O ditado representa bem a nova realidade para as comunidades quilombolas do Sul do país. Foi formalizada a primeira cooperativa estadual que reúne grupos no Rio Grande do Sul, a Terras de Quilombo.

A iniciativa vai viabilizar o acesso das comunidades produtoras de alimentos a novos mercados de comercialização. A cooperativa reúne 22 comunidades quilombolas de quatro municípios. A sede será em Morro Redondo, a 296 quilômetros de Porto Alegre.

Para o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Edmilton Cerqueira, a criação da cooperativa é um marco histórico para o Rio Grande do Sul.

“A entidade deve contribuir para ampliar o cultivo, a colheita, o beneficiamento, a comercialização desse grupo específico da agricultura familiar – as comunidades quilombolas – que vem ampliando a comercialização por meio de ações de inclusão produtiva em todo o estado”, destacou.

“Aproximadamente 75% dos alimentos que estão nas mesas dos brasileiros vêm da agricultura familiar. As comunidades quilombolas têm importante contribuição nesse processo e com a cooperativa, a produção de alimentos no país será ampliada ainda mais”, destaca Edmilton.

Segundo o coordenador-geral da Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do estado (FACQ/RS), Antônio Leonel Soares, a iniciativa ganhou mais força ainda depois que o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) abriu o primeiro edital para compra de produtos de comunidades quilombolas, em 2015.

“A iniciativa do GHC foi muito importante, motivou as comunidades que produziam e não tinham como escoar a produção. Com esse edital a gente achou um mercado certo. Dessa forma, podemos planejar e ter uma renda melhor para as famílias”, afirmou.

Experiência inédita

O GHC foi a primeira instituição pública a comprar alimentos produzidos em comunidades quilombolas, com a identificação de origem do Selo Quilombos do Brasil. Em média, são produzidas 270 mil refeições por mês para os pacientes, acompanhantes e funcionários do grupo.

Na primeira chamada, foram adquiridas quatro toneladas de alimentos produzidos em cinco comunidades quilombolas. Agora, a expectativa é que sejam compradas 146 toneladas de alimentos – um investimento superior a R\$ 500 mil que beneficiará mais de 60 comunidades gaúchas.

“Para esses grupos, a compra institucional representa autonomia econômica. Essa é uma ação afirmativa de inclusão das comunidades quilombolas que produzem alimentos, que não tinham oportunidade de comercialização e ficavam sem visibilidade”, ressaltou a quilombola e representante da Participação Cidadã do GHC, Vera Beatriz Cruz.

Saiba mais

O Grupo Hospitalar Conceição (GHC) é formado por três hospitais, além de uma Unidade de Pronto-Atendimento (Upa), 12 postos de saúde, três Centros de Atenção Psicossocial (Caps), um Consultório de Rua e o Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde – Escola GHC.

O edital também está inserido no programa Brasil Quilombola, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que tem um dos eixos voltados à inclusão produtiva das comunidades.

A ampliação do projeto do GHC contou com a parceria do MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Incra, Fundação Palmares, Federação Quilombola do Rio Grande do Sul e Emater-RS.

Recessão desestimula até o crédito direcionado – Jornal O Estado de São Paulo. 29/12/2015

O agravamento da recessão torna ainda menor o interesse dos tomadores de crédito, segundo o relatório de política monetária e crédito do Banco Central (BC). Nos últimos 12 meses até novembro, os saldos dos empréstimos cresceram apenas 7,4%, atingindo R\$ 3,17 trilhões, enquanto as concessões – que refletem as novas contratações – caíram 2,4%. Nem a ligeira queda das taxas médias cobradas das empresas (de 21,5% ao ano em outubro para 21,2% ao ano no mês passado) estimulou mais fortemente a demanda de crédito às vésperas do Natal, quando é maior o ritmo da atividade. Em novembro, as concessões cresceram apenas 1,9%, mas continuam negativas no trimestre, no ano e em 12 meses.

O Banco Central já trabalha com a hipótese de que o saldo das operações cresça apenas 7% nominais em 2015, bem abaixo da inflação próxima de 11%. É provável que se conviva mais algum tempo com esse quadro de anormalidade, por falta de alternativa.

O BC estima que as operações de crédito direcionado cresçam apenas 10% em 2015. Salvo situações pontuais, nem a taxa subsidiada do crédito direcionado (crédito rural, empréstimos imobiliários e contratos com o BNDES) bastou para atrair tomadores. Em novembro, a taxa média do direcionado foi de 10,6% ao ano para empresas e de 10% ao ano para pessoas físicas.

Passou a fase da economia movida a crédito ao consumo. Sem confiança no emprego, na preservação da renda e já endividadas, as pessoas buscam antes quitar empréstimos. Os indicadores de inadimplência do BC ainda não provocam temor, mas passarão por um teste importante em 2016, se se confirmar o agravamento do desemprego.

Em casos extremos, as pessoas físicas recorrem ao cheque especial, cujo saldo cresceu 10,6% neste ano, acima, portanto, da média de crescimento do crédito. Também as concessões de cheque especial cresceram acima da média (8,5%), superando R\$ 31 bilhões. Ainda pior são as operações do rotativo do cartão de crédito para pessoas físicas, com custo médio de 415,3% ao ano, 87,5 pontos percentuais acima da taxa de novembro de 2014.

Com juros elevados, bancos cautelosos e economia enfraquecida, é improvável que o crédito ao consumo logo retome sua função de motor do crescimento. Se há risco, é de que o governo caia na tentação de induzir as famílias a se endividar, na tentativa de retomar a todo o custo o ritmo da atividade em 2016.

Conab investe 8,2 milhões no apoio à comercialização da agricultura familiar – CONAB. 29/12/2015.

Os agricultores familiares do Amazonas puderam contar com R\$ 8,2 milhões no apoio à comercialização de sua produção. Esse foi o montante aplicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A Associação de Mulheres Indígenas MAPANA é uma das entidades beneficiadas pelo Programa. Localizada no município de Tabatinga, a associação, que integra a Comunidade Belém do Solimões, forneceu 63 toneladas de produtos regionais - com destaque para o abacaxi, banana, cupuaçu, melancia e macaxeira. A produção foi destinada a alunos, em sua maioria indígenas da etnia Tikuna, da Escola Municipal Eware Mowatcha, reforçando a alimentação escolar da própria comunidade.

O projeto envolveu 10 agricultores familiares, sendo oito mulheres, com um investimento de cerca de R\$ 65 mil reais. Esta foi a primeira ação realizada no município de Tabatinga, na Região do Alto Solimões, e contou com o apoio da Funai, do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM), do Conselho de Alimentação Escolar, do Conselho Municipal de Saúde e da prefeitura.

Em todo o país, a Conab operacionalizou neste ano cerca de R\$ 287 milhões em todas as modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Programa, desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tem como finalidade essencial o apoio aos agricultores familiares por meio da compra de sua produção.

Os alimentos adquiridos são destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pela rede pública e filantrópica de ensino e saúde, e pelos equipamentos de alimentação e nutrição e de segurança pública.

Produtores do Nordeste pedem mais prazo para pagar dívidas. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 30/12/2015.

Diante do agravamento do quadro de seca na região do semi-árido nordestino, pequenos produtores rurais e agricultores familiares da região deflagraram uma campanha nos últimos dias junto ao governo para tentar prorrogar o prazo para pagamento de dívidas do crédito rural contratadas até 2010 em bancos públicos, que expiram amanhã ou estão prestes a vencer.

O saldo devedor, que inclui em sua maioria parcelas já vencidas, soma R\$ 11 bilhões. Ele se refere a empréstimos para custeio e investimento no âmbito de vários programas de crédito com apoio do governo, débitos inscritos na Dívida Ativa da União e financiamentos com recursos de fundos constitucionais, segundo levantamento da Comissão Nordeste da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Mas o saldo pode alcançar R\$ 20 bilhões se forem incluídas outras dívidas menos urgentes, que ainda estão por vencer, não só dos nove Estados nordestinos como também de toda a região da Sudene - 885 mil produtores no total -, que compreende o norte de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha e o norte do Espírito Santo.

Os agricultores querem, em um primeiro momento, que tanto as dívidas quanto as execuções fiscais ou judiciais pelos bancos que liberaram financiamentos com subsídios do Tesouro Nacional sejam suspensas até 31 de dezembro de 2016. Conforme a Lei 12.844/2013, eles têm até 31 de dezembro deste ano para quitar suas dívidas.

Para uma eventual suspensão, o governo teria de encaminhar até esta quinta-feira ao Legislativo uma Medida Provisória que estenderia por mais um ano o prazo para que esses produtores liquidassem ou renegociassem essas pendências mais "emergenciais", feitas sobretudo com o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. Isso em tese, porque na prática o prazo apertado e a troca de ministro da Fazenda tornam praticamente improvável o alongamento dessas dívidas ainda este ano, diz uma fonte do governo. Logo, a tendência é que a medida fique para janeiro.

Entre os que pedem a prorrogação dos prazos estão pecuaristas e produtores de milho, feijão, mandioca, hortaliças, mel e frutas de mais de 1,2 mil municípios que decretaram calamidade pública em 2011 por causa da seca e que já vinham sendo contemplados desde então com condições especiais para quitarem suas dívidas. Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco são os Estados que mais têm sofrido com perdas na pecuária e na produção agrícola.

"A primeira providência é prorrogarmos o prazo para pagamento das dívidas, o que já estamos tentando junto ao Ministério da Fazenda para que seja encaminhado ainda neste ano", disse ao Valor o deputado Júlio César (PSD-PI), que é líder da bancada do Nordeste no Congresso. "Depois, queremos renegociar o estoque dessas e várias outras dívidas com crédito rural, com prazo de 10 anos para pagamento", acrescentou. O alongamento do prazo de vencimento das dívidas depende de várias resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), segundo o deputado.

Para José Vieira, presidente da Comissão Nordeste da CNA, a situação é dramática. "Se no passado os agricultores deixavam o semi-árido por conta da seca, hoje eles estão deixando também por conta de execuções judiciais, endividados e sem condições de pagar".

O Valor apurou que o Ministério da Fazenda vem demonstrando alguma resistência para fazer prorrogações, já que elas podem trazer custos indesejáveis de carregamento dessas dívidas. Mas o novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, já está a par da questão e o Tesouro já calcula esse impacto nas contas públicas.

MP suspende prazo para cobrança de dívida de produtor rural no NE. Vandson Lima – Valor Econômico. 31/12/2015.

BRASÍLIA - O governo federal editou a Medida Provisória 707 (MP 707), suspendendo, até 31 de dezembro de 2016, o encaminhamento das operações de crédito rural para inscrição em dívida ativa e para cobrança judicial. Trata-se de suspensão de prazos para cumprimento de obrigação, o que não configura perdão de dívidas.

De acordo com nota divulgada pelo Ministério da Fazenda, "a persistente seca que atinge muitos municípios da área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) desde 2011 tem dificultado a obtenção de renda da atividade agropecuária na região".

Assim, a Fazenda alega que editou a MP, "com o objetivo de permitir que os agricultores tenham tempo adicional para melhorar sua condição financeira, sem, contudo, terem suas dívidas enviadas para cobrança judicial ou inscritas na Dívida Ativa da União, o que dificultaria ainda mais a sua permanência na atividade".

Crédito leva desenvolvimento ao meio rural. Gabriella Bontempo. Site do MDA. 31/12/2015

Ao longo de duas décadas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) mudou a realidade de mais de 2,6 milhões de brasileiros, impulsionou a produção de alimentos no país e se tornou a principal política de crédito para a agricultura familiar. Na safra atual, estão disponíveis R\$ 28,9 bilhões para as operações de crédito e de custeio do programa. O diretor de Financiamento e Proteção à Produção da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, João Luiz Guadagnin, explica como o Pronaf surgiu e como o financiamento pode potencializar a produção familiar.

Em que contexto surgiu o crédito rural do Pronaf?

Nos anos 90 já existia um crédito para agricultores que atendia, indistintamente, os grandes, médios e pequenos produtores rurais. Em uma ação muito forte liderada pelos movimentos sociais, em especial, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) na jornada de lutas (Grito da Terra), o crédito para a agricultura familiar começou a ser pauta do governo e das instituições financeiras. Depois de um amplo período de negociação dentro e fora do governo, com técnicos apoiados pelo então ministro da Agricultura José Eduardo Andrade Vieira e pelo secretário Murilo Flores, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Como o programa era no início?

O Pronaf em sua concepção original tinha três importantes ações. A primeira era o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, com foco no desenvolvimento das unidades produtivas familiares. A segunda iniciativa tentava remover os fatores impeditivos de crédito – uma política voltada para o apoio à infraestrutura de municípios. Então o governo federal fazia uma transferência voluntária de recursos para

que os municípios atuassem nos gargalos de desenvolvimento, construindo pontes, estradas, pontos de comercialização. Era o início do nosso atual Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (Proinf). E, por fim, o crédito.

Quando começaram as mudanças no programa?

O crédito rural passou a ser a política mais demandada e para qual sempre existiu uma maior mobilização das organizações da agricultura familiar e até da sociedade civil como um todo. E o governo, sensível a essas questões, especialmente em 2003, fez uma ação muito importante na redução da taxa de juros. No começo do Pronaf, as taxas eram variáveis e as condições de acesso ao crédito eram muito inadequadas. Depois de alguns anos começamos a melhorar a situação do crédito rural e os agricultores familiares passaram a compreender melhor o que era o financiamento e a importância dele.

Como o Pronaf pode ser utilizado?

O crédito rural é direcionado. Ele só pode ser utilizado naquilo que é contratado. E ele é contratado para gerar e aumentar a renda, a produção e a produtividade dos agricultores familiares e não pode ser usado para outro fim como reformar casa, comprar um carro ou pagar dívidas. Ele auxilia o agricultor que quer produzir para a sua auto alimentação e para a venda dos excedentes. Como a grande maioria da agricultura familiar hoje se dedica a atividades geradoras de renda, os produtores buscam o crédito rural como uma antecipação quase daquilo que ele vai obter como renda, para que ele possa comprar insumos como sementes, adubos, pagar o serviço de máquinas, preparar o solo, fazer a calagem, conservar o solo - tudo isso financiado pelo crédito rural do Pronaf. O produtor não tinha isso, antes fazia com recursos próprios. Então, o crédito rural facilita o acesso à melhor tecnologia disponível, ao conhecimento e permite que o agricultor ganhe em escala – alavancando a área plantada e a renda da agricultura familiar. Aproximadamente 60% dos agricultores do Pronaf hoje nunca tinham tomado crédito antes. Por isso, o crédito realmente beneficiou uma porção de pessoas que estavam excluídas do sistema de desenvolvimento.

Quais são as condições para que o agricultor possa ter acesso ao Pronaf?

Primeiro o agricultor precisa ser dedicado à busca de renda com a atividade agrícola. Outra condição importante é o diálogo. O agricultor para obter crédito precisa ter um bom diálogo, primeiro dentro da família para traçar um plano mínimo do que será produzido, que mão de obra será necessária e para que público os produtos serão comercializados. O agricultor familiar que tem esse diálogo interno, que planejam em conjunto, tem mais chances de sucesso no projeto. Além dessa conversa, é necessário que haja o diálogo externo e, nesse caso, a pessoa mais importante é o assistente técnico, o extensionista. Esse companheiro é fundamental para que aquele plano mínimo que a família fez seja avaliado, discutido, auxiliado. Feito esse diálogo na família e depois da família com o técnico, o outro diálogo é com o agente financeiro. O técnico e a família precisam buscar um banco. Hoje nós temos 13 bancos e cooperativas que operam o Pronaf.

Além do crédito, o governo também assegura o agricultor familiar do Pronaf?

Conceder crédito e obter crédito é assumir um risco e uma dívida, respectivamente. Para que esse risco e essa dívida sejam mais facilmente suportados, se criou o Seguro da Agricultura Familiar no ano de 2004 e, em 2006, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). O agricultor familiar que faz créditos de custeio agrícola tem, compulsoriamente, que aderir ao Seguro da Agricultura Familiar. Ele paga 3% de prêmio, de alíquota, pela adesão a esse seguro e tem uma garantia mínima de 80% da

receita bruta esperada e até mais R\$ 20 mil da receita líquida e é um seguro que garante renda. Arelado ao seguro, temos o PGPAF. Sempre que o preço de mercado ficar abaixo do custo da produção, essa diferença é dada na forma de um bônus nos financiamentos de custeio e de investimento do Pronaf. Então, praticamente todas as operações do Pronaf, 98% delas, estão abrangidas por essa ação. As políticas mitigadoras de risco dão segurança ao produtor quando um fator adverso acontecer.

Os agricultores familiares são bons pagadores?

O Pronaf está presente em 97% dos municípios brasileiros e a nossa inadimplência está em torno de 1,05%. Esse número é muito baixo dentro do sistema de crédito. A agricultura familiar paga e paga em dia os seus compromissos.

Qual a participação dos jovens no Pronaf?

Hoje, desses 2,6 milhões de CPFs distintos do Pronaf em todo o Brasil, 17% são de agricultores com menos de 29 anos. Ou seja, são jovens do campo com crédito rural. Nós sempre salientamos que o Pronaf é um programa da unidade familiar. Todas as linhas de crédito estão disponíveis para atender a toda a família. Agora, quando há esta variedade de empreendimentos, realizado pela mulher, pelo jovem, por exemplo, temos linhas de crédito para atender.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa